

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

THOMAZ CHAVES DELLA VECHIA

PSICANÁLISE E A CIDADE
os afetos fundantes da escuta

Porto Alegre
2019

THOMAZ CHAVES DELLA VECHIA

PSICANÁLISE E A CIDADE
os afetos fundantes da escuta

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado no Curso de Graduação em
Psicologia da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, como requisito parcial para
a obtenção do grau de Psicólogo.

Orientação: Professora Sandra
Djambolakdjian Torossian

Porto Alegre

2019

DEDICATÓRIA

Dedico este escrito aos que já escutei e virei a escutar, em nome de suas palavras, de seus afetos, de nosso desejo.

Também aos meus, aqueles que estiveram comigo, não só na feitura deste trabalho, mas na vida.

Dedico, por fim, ao objeto privilegiado de nossas ruas e cidades: as palavras.

No combate entre você e o mundo, prefira o mundo.

Franz Kafka

SUMÁRIO

| | | |
|---|--------------------------------------|----|
| 1 | PENSAR O QUE ESTAMOS FAZENDO | 6 |
| 2 | AO ESCUTAR O POVO | 11 |
| 3 | POR NÓS, PORVIR: O DIREITO À PALAVRA | 24 |

1 PENSAR O QUE ESTAMOS FAZENDO

No intuito de apresentar meu tema, me invisto de uma dupla tarefa: antes de tudo, localizar o nascimento de um desejo de escrever sobre a minha escuta, produto fundamental da minha formação, cujo compromisso ético me convoca a fundamentar questões que dizem respeito ao trabalho que ofereço por onde venho traçando minhas experiências profissionais. Estas perguntas que pretendo evocar me levam a segunda tarefa: a urgência de escrever sobre a psicanálise e a sua relação com o espírito de nosso tempo, com as nossas cidades, com o espaço público, com o seu deslocamento em direção ao exercício de escuta em situações sociais diversas - diversas das nossas.

Entendendo a psicanálise como uma matriz desde onde se vetorizam diferentes práticas, teorias e propostas clínicas, percebo a necessidade de problematizar o próprio nascimento de nossos campos, com o horizonte de encontrar as perspectivas teleológicas que também são inauguradas ao se inaugurar as práticas de escuta. Ao trazer a noção de campo, quero investir na ideia de que, quando falamos em psicanálise em termos gerais, falamos de um lugar de disputas, de uma rede que se elabora constantemente, onde coexistem diferenças que compõem o mosaico de práticas em que a psicanálise põe sua assinatura. Isso porque o lugar *de onde* emergimos a escuta psicanalítica e o *lugar por onde* essa escuta é operada são sempre singulares, inaugurando consigo suas nuances, suas transferências, seu fins. Talvez a ética do desejo seja sempre *uma* ética do desejo.

É preciso, então, que eu diga de mim. Nos anos em que estive na universidade, defrontado com a diferença como nunca antes me havia sido possível, fui convocado a refletir a respeito do lugar do qual eu falo. Enquanto passava por práticas profissionais e estágios em lugares fundamentados na prática da escuta psicanalítica, fui exercitando, concomitantemente, a tarefa de assumir minha posição como estudante branco, privilegiado de diversas maneiras, morador de um bom bairro, escolarizado em colégios particulares desde sempre. Condições que me garantem uma determinada posição social que atravessa tudo aquilo que agencio,

que produzo, que escuto. As minhas contingências localizam o saber e a prática que eu venho a conceber. Inclusive, elas demonstram mais: minha história e o meu corpo também determinam que afetos centrais fundam minha prática, meu desejo de escuta. Entender-me como um sujeito determinado, racializado, que funda uma determinada prática de escuta diante de uma situação de grande alteridade me confere um compromisso inadiável: porque escutamos quem estamos escutando? Com que desejos? Com quais afetos atravessados nessa prática?

Atentando para estes sinais que repercutem no meu trabalho atual no projeto Casa dos Cata-Ventos, onde escutamos crianças de uma comunidade através dos dispositivos da brincadeira e da contação de histórias, é que decidi estudar o movimento que eu próprio mimetizei durante minha graduação: o deslocamento da psicanálise desde sua forma mítica, ou originária, até a psicanálise que se vetoriza em direção às políticas, às ruas, à sociedade. Interessa que, assim, possamos oferecer um gesto em direção à desconstrução da imagem da psicanálise como apolítica, neutra, interessada no “aqui e agora” do *setting* terapêutico e na primazia da “realidade interna”. Convém combater esse traço imaginário em virtude de elaborar e resgatar uma memória que, por vezes, parece perdida: as muitas experiências sociais e políticas em que a psicanálise esteve presente desde os primórdios de sua história.

Agora, esta translação que a psicanálise sofre desde um primeiro entendimento de uma proposta clínica por Freud até a psicanálise que hoje se institui na cidade em diferentes formas de extensão territorial tem um preço. No sentido de que, se entendemos que a psicanálise pode se defrontar e se debruçar sobre determinada situação, sobre determinado sujeito, é preciso que existam pilares que sustentem esse trabalho, norteadores de uma orientação clínica. Se essa determinada situação ou determinado sujeito se modifica, seja pelos novos laços sociais que se produzem, seja pelos novos endereçamentos que se propõe a escuta, *os pilares de sustentação também se modificam*. Isso porque possivelmente a produção de novas nuances no laço social também signifique um novo endereçamento da escuta - não são processos dissociados. Talvez a proposta fundante deste escrito seja tomar como o pilar fundamental do trabalho da

psicanálise, em qualquer situação, mas especialmente na situação que me invisto de emergir, o *desejo de escuta*, o afeto natal da disposição à alteridade.

Antonio Quinet (1991), em seu texto “As 4+1 Condições de Análise” nos indica uma premissa que tomo como ponto de partida da minha reflexão: *“Autorizar o início de uma análise é um ato psicanalítico — eis a condição do inconsciente cujo estatuto não é, portanto, ôntico, mas ético, pois depende desse ato do analista.”* Entendendo que talvez não nos interesse supor um caráter ontológico ao inconsciente mas, sim, ético, indexamos à psicanálise uma condição: não é possível tomar como natural ou sem importância os afetos que nos fazem escutar ou desejar escutar em determinadas circunstâncias. Em linhas gerais, o apontamento que faço é de que é preciso estudar as forças que nos convidam a emergir a psicanálise em determinados lugares e em outros, não. Ao inaugurar a escuta de um sujeito, inauguramos o próprio sujeito diante da nossa ética. Por isso, é preciso pensar o que estamos fazendo.

Diante dessa proposta, considerar a historicidade da chegada da psicanálise em nosso país é vital: se interessa pensar quem é o psicanalista e porque sua condição de sujeito marcado e atravessado pelos processos sociais de alguma forma reverbera em sua escuta, também é preciso pensar a condição colonial que atravessa e atualiza em nós a latência de nossos fantasmas. A chegada da psicanálise em nossa terra é um gesto sobre o qual preciso me ater no interesse de supor minimamente um cenário do agora, de quais são os desafios e perguntas que seguem convocando nosso pensamento, nossa transferência. Não são poucos e também não eram, uma vez que esse processo sempre passou por invocar como questão à prática da escuta os movimentos da sociedade, o frágil pacto democrático e as tentativas notórias de destituí-lo de legitimidade que fazem parte de nossa história e, por isso, também precisam fazer parte de nossa memória.

Se em Viena de 1900 Freud não precisou ou pôde se ater extensivamente às questões do terceiro mundo, talvez se quisermos construir uma *práxis* que não esteja condenada a dar suporte inconsciente ao passado colonial e suas atualizações sintomáticas, ausentes nessas circunstâncias no contexto da produção fundante da psicanálise, é preciso que consigamos evocar essas questões para além do mito de que estamos falando do mesmo objeto, excluindo os processos

históricos que localizam os sujeitos em seus tempos absolutamente distintos. Inclusive, neste resgate que se pretende, é fundamental notar o quanto a própria psicanálise foi operada como instrumento *colonialístico*, uma vez que também atuou em direção à normalização, docilização e “modernização” das subjetividades, muito embora essa seja apenas uma das facetas de sua disseminação em nosso continente.

Este trabalho, em parte, também se dedica a dar lugar a essa memória - os primeiros passos da psicanálise no Brasil e as suas primeiras investigações e tateios sobre as questões de nossa sociedade, sobre uma clínica a ser feita fora dos consultórios, ou em consultórios deslocados, à céu aberto, interessados nas cidades, suas inflexões, suas histórias e sofrimentos. Enfim, uma clínica que deseje contemplar nossas eternas diferenças e a permanente dificuldade de assumi-las coletivamente, nos fazendo impedidos de torná-las o motor do nosso amor pelo Outro, escravos de identificações precárias, diminutas, imaginárias.

Barthes nos lembra que “a própria tarefa do amor e da linguagem consiste em dar a uma mesma frase inflexões sempre novas” (BARTHES, 1977, pág. 123). Também a cidade nos oferece isso: um milhão de ruas, um milhão de amores, um milhão de memórias, destinos sempre novos, ainda que sempre iguais na condição virtual de possíveis histórias, para além de afetos. Signos que se repetem ainda que seus significados sejam sempre novos. Um “eu te amo” sempre diferente, diante de objetos inimagináveis, impossíveis, inventados e fictícios, signos que, como também Barthes nos ensina, são “fraturas que jamais se abrem senão sobre o rosto de outro signo” ([1970]2007, pág. 72). Por isso, escutar é preciso.

Agora, para não permitir que meu gesto se torne um generalizante ou silenciador, é preciso lembrar que os discursos e, portanto, os sujeitos que compõem a tessitura da cidade como universo que sustenta simbolicamente nossas passagens pela vida *não detém o mesmo poder virtual de transformar seus afetos em histórias*. Parece possível supor que a inscrição cidadã e, ainda mais, a inscrição na narratividade de si é um privilégio. Rosa (2002a) nos lembra que a psicanálise, uma vez que sua prática precisa se substanciar na atenção ao laço social e os sintomas que produz, prevê desde o princípio de sua formalização a responsabilidade diante do campo social e do campo discursivo. No entanto, precisamos atentar à memória

de que a preocupação com o laço social nem sempre na história de nossa disciplina se transformou em uma proposta efetivamente clínica, concebida sob a noção de *responsabilidade social*.

É importante ressaltar que com essa colocação não se pretende diagnosticar práticas mais ou menos responsáveis, importantes, ou até mesmo *analíticas*. A potência de escutar o desejo, de certa forma, tem uma dimensão política em si. Talvez interesse a este trabalho afirmar e advogar por um processo de responsabilização sobre um trabalho clínico que se assente na política de desestabilizar os circuitos pulsionais que reafirmam a catastrófica homeostase capitalística e necropolítica em que vivemos, onde alguns corpos detêm a possibilidade de serem escutados, de se pensar, enquanto outros seguem historicamente na condição de *resto* (ROSA, 2002a).

Operar um trabalho clínico enfrentando nossas diferenças e nos deslocando em direção a escutar uma população *foraclusa* em nossas cidades é enfrentar uma dupla dimensão traumática. A primeira é a de poder suportar a escuta do desamparo social e discursivo em que são imersas as pessoas em situação de privação de direitos. Suportar a própria condição de “foraclusão” - a possibilidade de inscrição social e coletiva na cidade apenas na condição de excluídos, de rejeitos, de “fora” e a dificuldade de produzir rachadura no circuito que dimensiona esse estado de coisas.

A segunda é a de suportar o nosso próprio lugar (ou o meu, talvez) como partícipes da construção e reiteração da sociedade segregatória em que vivemos. Talvez aí resida uma pista do motor que nos comove a se interessar por essa escuta que não é sempre endereçada às classes média e alta, como fantasmaticamente se transmite a respeito da nossa prática, e sim àqueles que são estruturalmente submetidos à condição de uma vida precária (BUTLER, 2011).

Mas, como quer que se configure essa psicoterapia para o povo, quaisquer que sejam os elementos que a componham, suas partes mais eficientes e mais importantes continuarão a ser aquelas tomadas da psicanálise rigorosa e não tendenciosa. (FREUD, [1919]1986)

2 AO ESCUTAR O POVO

- **Ao deslocar-se**

Se interessa a este escrito poder resgatar a história das experiências sociais da psicanálise no Brasil, é preciso que possamos dar alguns passos em direção a fundação do nosso campo de trabalho e encontrar, ainda em Freud, o ato que, de alguma maneira, inaugura o interesse dos psicanalistas pelo campo social. Talvez ainda mais do que isso, em *Caminhos da psicoterapia psicanalítica* (FREUD [1919]1986) se encontra o gérmen do desejo pela possibilidade de levar a escuta do inconsciente até aqueles que, como ainda hoje, não chegam até os consultórios.

O sentido de evocar uma dimensão política a este trabalho deslocado se dará posteriormente, uma vez que o interesse de Freud, na ocasião, era de oferecer uma reflexão a respeito dos próximos passos da psicanálise em torno de sua atividade, indagando-se a respeito de alguns percalços, imaginando o futuro. Ainda que os termos e verbos engendrados pela posição freudiana diante do tema reiteram o entendimento da psicanálise como partícipe do universo médico, debruçado sobre “os doentes neuróticos”, Freud nos oferece pistas do que viria a acontecer logo nas primeiras gerações de psicanalistas que trabalharam sob a égide da sua formação psicanalítica - a transformando, questionando e, por vezes, rompendo em direção a novos entendimentos.

Por fim, quero abordar uma situação que pertence ao futuro, que para muitos dos senhores parecerá fantástica, mas que, a meu ver, merece que tenhamos o pensamento preparado para ela. [...] Os senhores bem sabem que nossa ação terapêutica não é muito extensa. Somos apenas um punhado de pessoas, e cada um de nós, mesmo trabalhando esforçadamente, pode se dedicar apenas a um número escasso de doentes. Na abundância de miséria neurótica que há no mundo, e que talvez não precise haver, o que logramos abolir é qualitativamente insignificante. Além disso, as condições de nossa existência nos limitam às camadas superiores da sociedade, que escolhem à vontade seus próprios médicos, e

nessa escolha são afastadas da psicanálise por todo gênero de preconceitos. Para as amplas camadas populares, que tanto sofrem com as neuroses, nada podemos fazer atualmente. (FREUD, 1919[1918]: pág. 217)

É importante recordar, no entanto, que para produzir uma narrativa com sentido a respeito desse novo que se desenreda a partir deste ato inaugural, que Freud escreve este texto após o fim da I Guerra Mundial; um momento em que Viena vivia a expansão de uma ideologia social-democrata e de bem-estar social diante do recente evento que abalou o planeta (DANTO, 2005: pág. 2). O mundo vivia um período de elaborar o que quer que tenha sido a experiência de uma guerra mundial - e o que ela produziu nas vidas de quem suportou testemunhar - produzindo saídas coletivas mais em torno de ideais democráticos, ou mais à revelia de afetos fascistas, de apagamento das diferenças.

Interessante que, em um exercício de imaginar em que circunstâncias a psicanálise poderia ter sua “aplicação em massa”, Freud não se põe a concluir ideias, pelo contrário: percebe que ainda estavam por vir e por construir as formas em que esses novos alcances desejados seriam possíveis. Talvez sem perceber, neste ato fundante e virtual de um campo de trabalho social pertencente ainda ao porvir, Freud também emerge uma das suas características mais fundamentais - a permanente abertura, invenção, pergunta.

Elizabeth Ann Danto (2005), em seu livro “Freud’s Free Clinics”, investiga as primeiras tentativas de instaurar institucionalmente clínicas que ofereciam tratamento gratuito a operários, estudantes, artistas, moradores de rua, professores e toda sorte de figuras sociais que estavam excluídas da condição de pagar por seus tratamentos analíticos. Notoriamente, o clima de consolidação democrática e de comprometimento com os direitos civis na Áustria, no entreguerras europeu, foi também responsável por indexar à psicanálise, entre a primeira e segunda geração de analistas, uma noção que hoje poderíamos ler como de *responsabilidade social*. Naturalmente é preciso reconhecer que esta preocupação com a democracia não era homogênea na Europa - a ideologia nazista, o regime franquista e salazarista, por exemplo, já tinham seus componentes principais se espalhando no discurso das cidades, como elementos que faziam circular determinadas redes de afeto, dando

força às ideias totalitárias que mais tarde se consolidariam em seus formatos de governo.

Portanto, aqui me encontro novamente com a inquietação que mobiliza esta escritura: se as primeiras tentativas de produzir um encontro da psicanálise com “a cidade”, sendo ela composta pelas figuras da diferença, se deu investida também pelo desejo de fortalecer um laço social mais comprometido com a civilidade diante das manifestações nefastas da subjetividade pós-guerra, como que podemos pensar o que está sendo investido/investindo nesse encontro que também se produz no Brasil contemporâneo? São questões para mais tarde, mas que compõe a cena principal de minha problematização.

Assim sendo, as primeiras clínicas gratuitas de psicanálise (a Policlínica de Berlim sendo a primeira a ser inaugurada, em 1920, por Max Eitingon) entraram em um circuito já estabelecido e consistente de instituições públicas que prestavam serviços à população, sem cobranças. A destituição da experiência pela guerra, que viria a ser tema de muitos estudos dentro e fora da psicanálise, parece explicitar a todos a fragilidade humana perante o horror dos extermínios massivos e a urgência de fortalecer um laço social comprometido com a civilidade, invocar um novo pacto do Estado com a população marcado pela responsabilidade com a cidadania. Por isso, escutar. Ou, como Freud nos ensina, “recordar, repetir e elaborar”.

De qualquer forma, não sem conflito com a conservadora sociedade psiquiátrica esse processo se deu, mas com alguma diplomacia a segunda clínica gratuita foi aberta por um amigo pessoal de Freud, Eduard Hitschmann, que fundou o Ambulatório de Viena em 1922. Nomeadamente, seguiram os psicanalistas britânicos com a primeira clínica gratuita de Londres, fundada por Ernest Jones em 1926; Na Hungria, Ferenczi foi responsável pela clínica pioneira em Budapeste em 1929. Também é fundamental ressaltar a importância de Reich que, orbitando a (ainda atual) polêmica aproximação entre a psicanálise e o marxismo, fundou em Viena uma rede de saúde e saúde mental com forte influência progressista; em 1933, publica a primeira edição de *Psicologia de Massa do Fascismo* ([1933] 1974), que segue sendo paradigmático no campo das reflexões a respeito dos regimes totalitários e suas consequências precarizadoras da subjetividade. A médica e psicanalista Marie Langer, já participando de uma segunda geração, também é uma

das representantes que vieram a assumir uma posição política à esquerda, inclusive no combate ao nazismo através das Brigadas Internacionais (BROIDE, 2019).

Eventualmente outras sociedade psicanalíticas seguiram com os planos, alguns bem sucedidos e outros não, de clínica gratuitas em Zagrebe, Moscou, Frankfurt, Nova Iorque, Trieste e Paris. [...] No clima inebriante de progressismo e de movimentos sociais entre as duas guerras mundiais, a psicanálise deveria participar da transformação da sociedade civil, e estes centros de tratamento ambulatorial serviam para ajudar a restaurar as pessoas a sua condição de bem estar e de produtividade. Os psicanalistas acreditavam ter uma obrigação social de doar parte do seu tempo para as pessoas que não poderiam pagar pela psicanálise de outra forma. A maioria sequer considerava ponderar a eficácia dos tratamentos em detrimento dos encargos financeiros impostos aos pacientes. (DANTO, 2005; pág. 3, tradução nossa)¹

Danto trilha uma análise das inovações que essas experimentações no tecido social das cidades trouxeram à psicanálise, nos lembrando que os avanços e desdobramentos teóricos que hoje podemos lançar mão também tem sua origem no trabalho social que os psicanalistas se puseram a operar naquele período. Especialmente a Policlínica de Berlim foi pioneira nas formações teóricas em psicanálise, foi o primeiro lugar a se debater formalmente a análise de crianças e a oferecer tratamento gratuito, voltado para a população mais pobre.

Lembremos que, ainda que este tenha sido um período enriquecedor, expansivo e expressivo da história da psicanálise, ele fora muito breve. A consolidação do nazismo no território europeu ofertou aos psicanalistas poucas possibilidades - os campos de concentração, o esconderijo ou o exílio. No triunfo da barbárie a partir de 1933, a psicanálise foi banida da Alemanha e posteriormente de qualquer terra em que o nazismo viria a se fixar (DRÄGER, 1971).

¹ “Eventually other psychoanalytic societies followed with plans, some fulfilled and some not, for free clinics in Zagreb, Moscow, Frankfurt, New York, Trieste, and Paris.[...] In the heady climate of progressivism and social movements between the two world wars, psychoanalysis was supposed to share in the transformation of civil society, and these new outpatient treatment centers were to help restore people to their inherently good and productive selves. Psychoanalysts believed they had a social obligation to donate a portion of their time to people who could not otherwise afford psychoanalysis. Most never even considered weighing the effectiveness of treatment against the financial burden imposed on the patient.”

Durante esse período, cabe citar a experiência dos ingleses Donald Winnicott e Wilfred Bion. O primeiro, médico e psicanalista, fora nomeado pelo governo inglês como psiquiatra consultor do Plano de Evacuação Governamental de certa área de recepção na Inglaterra durante a II Guerra Mundial. Sua função o aproximou das implicações subjetivas que a guerra impõe às famílias, às ruas, às cidades de forma geral (DIAS, 2002b).

Winnicott teve que ver-se frente a frente, em larga escala e de modo concentrado, com o desfazimento dos lares, com a desintegração maciça da vida familiar e pôde observar os efeitos, nas crianças e nos adolescentes, da separação e da perda. À situação global acrescia o fato de que as crianças pelas quais Winnicott tornava-se responsável eram exatamente aquelas que, tendo já apresentado dificuldades em seus próprios lares, antes da guerra, requeriam providências especiais e não podiam ser instaladas, como estava previsto nos planos de evacuação, em lares comuns que as “adotariam”. (DIAS, 2002b, pág. 5)

O lugar que Winnicott fora convocado a habitar parece colocar em suspenso o paradigma que sustenta a noção de uma determinada clínica onde a queixa, o sofrimento, a angústia se localizam a partir de uma trama individual. A dimensão massiva e coletiva da experiência da guerra certamente exigiu do trabalho de escuta uma nova posição que endereçasse o traumático nas dimensões necessárias. Dias (2002b) nos revela que, até o final da II Guerra Mundial, a psicanálise ocupou um papel decisivo na Inglaterra, através de Winnicott e sua equipe, na orientação de políticas que oferecessem segurança física e emocional às crianças que haviam tido seus lares, famílias e laços rompidos de forma traumática.

Bion, nascido na Índia, cresceu e se tornou psicanalista na Inglaterra. Durante a II Guerra Mundial, produziu um trabalho consistente com grupos e instituições, reconhecido como um trabalho que fora fundamental na preparação dos exércitos e na elaboração de suas experiências. Lacan, mais tarde interessado pela lógica dos grupos proposta por Bion, escreve o texto “A psiquiatria Inglesa e a guerra”, em 1973:

É preciso colocar em posição central o campo do que foi realizado pelos psiquiatras na Inglaterra para a guerra e

através dela, do uso que eles fizeram de sua ciência, no singular, e de técnicas, no plural; e do que tanto uma quanto as outras receberam dessa experiência. (...) Bion tinha até mais meios de agir sobre o grupo do que o psicanalista tem sobre o indivíduo, já que, ao menos por direito e como líder, ele fazia parte do grupo. Mas era justamente isso que o grupo realizava mal. Por isso, o médico deveria servir-se da inércia fingida do psicanalista e se apoiar no único controle de fato que lhe era facultado, o de manter o grupo ao alcance do seu verbo (LACAN, [1947] 2003, p. 108).

Nem todos, no entanto, puderam retirar do contato direto com a guerra um trabalho possível de escuta como para Winnicott e Bion fora ofertado. Assim, nos aproximamos do contexto que a este trabalho interessa especialmente: na necessidade de encontrar refúgio onde a prática analítica não fosse alvo das políticas nazistas, muitos daqueles que foram ameaçados em seus países de origem foram procurar exílio em países como Inglaterra, Holanda, França, Estados Unidos e, na América Latina, em especial na Argentina. E na Argentina, portanto, é onde se manifestaram pela primeira vez na América Latina as tentativas de consolidar a psicanálise para fora das paredes dos consultórios.

- **A psicanálise na linguagem da cidade: o fenômeno da Argentina**

No trajeto que propomos ao atravessar a história das primeiras gerações de analistas até a psicanálise que hoje se vasculariza por toda sorte de instituições na sociedade brasileira, é interessante que possamos permitir um intervalo para analisar a peculiaridade do desenvolvimento da psicanálise na Argentina. Esse país cujo processo, vizinho e contemporâneo ao nosso, tanto tangenciou e enriqueceu a história dos dispositivos e experiências brasileiras nas conversas infinitas, ainda atuais, em que nossas diferenças se puseram a dialogar.

No entanto, a investigação que pede passagem neste resgate histórico vai ao encontro de uma pergunta determinada: *como, e sob que formas e pretextos*, que um campo de conhecimento e prática provindos das terras europeias alcança

projeções massivas na cultura dos povos latino-americanos. Assim, interessa entender de que maneira a psicanálise também fora um objeto mediador e transversal de uma política colonial.

Mariano Ben Plotkin, pesquisador e autor de uma série de textos a respeito da história da psicanálise na América Latina e, mais especificamente, na Argentina, nos convida a pensar as condições em que um país tão distante do centro natal da psicanálise passou a ser considerada a “capital mundial da psicanálise” justamente por conta do seu desenvolvimento exponencial que se deu em um período de instabilidade política e frequentes golpes de Estado no país (2012).

Em seu texto “Freud, Politics and the Porteños: the reception of psychoanalysis in Buenos Aires, 1910 - 1943”, Plotkin teoriza a respeito dos primeiros passos dados pela teoria freudiana no território argentino. O autor discute a recepção razoável, senão desejante, da teoria freudiana no universo psiquiátrico da época, ainda que não existisse qualquer tentativa de institucionalizar a psicanálise efetivamente até então. Os psiquiatras, então tomados pelo interesse da “novidade europeia”, passam a *incorporar* a teoria de Freud em suas práticas, sem necessariamente transformar ou questionar a lógica médica vigente.

Precedendo, então, um enraizamento institucional, a psicanálise parecia se difundir como um tema de interesse comum na cultura popular da sociedade argentina. O autor destaca que, nos anos 1920 e 1930, os olhares da população pareciam se dividir entre os avanços científicos e tecnológicos e, por outro lado, pela parapsicologia, hipnose, milagres. A sexologia, também precedendo em alguns anos a vascularização extensiva da psicanálise como disciplina de interesse da sociedade, aparece como um tema cujas publicações em revistas e livros são rapidamente esgotadas. A psicanálise, quando de fato se assenta no país, passa a ser publicada por editores populares e assim, até os anos 1930, a terminologia da psicanálise estaria integrada à cultura argentina.

Por um lado, então, a psicanálise via-se investida da atenção e aprovação da classe de médicos psiquiatras, cujo poder discursivo na sociedade da época, como ainda hoje, deve ser considerado - ainda que não “houvesse qualquer interesse em afirmar a especificidade da nova teoria, ao contrário, a tendência sendo acoplá-la aos antigos pressupostos organicistas vinculados à teoria da degenerescência.”

(RUSSO, 2002c, pág. 53) E, por outro lado, tomada com afetada recepção pela população, a recém-chegada teoria vienense parecia facilmente encontrar lugar na rede de afetos que se mobilizava nos centros urbanos do país naquele momento, uma vez que oferecia aporte discursivo para processos de transformação que a sociedade vinha vivendo desde o início do século. Ainda que existam diversos fatores econômicos, políticos e sociais que se engendram nesse processo, é fundamental atender para o vetor *colonial* que impulsiona também a aderência das propostas freudianas. Debateremos com mais consistência no texto a noção de colonialidade e sua relação com a psicanálise no próximo capítulo.

Dado o breve contexto em que a psicanálise chega na Argentina, é preciso entender quais são os rumos que a psicanálise toma no processo de recrudescimento político que culmina então nas (frequentes) tentativas de golpe no país.² Mariano Plotkin lança mão do conceito de modernização para pensar a solidificação da psicanálise na cultura argentina e de que formas se engendrou nesse processo:

Se a década de 1960 foi uma década de ditadura na Argentina, também foi, como em outros lugares, uma década marcada por rápidas mudanças sociais e modernização cultural. A diferença, entretanto, é que na Argentina - assim como no Brasil, como mostrado por Jane Russo - os “anos 60” se desenvolveram em um contexto de autoritarismo político. Portanto, mudanças sociais e culturais estavam enquadradas em um contexto de violência e repressão política. Algumas dessas mudanças facilitaram a recepção e a implantação de certas formas de pensamento e prática psicanalítica. Primeiro, durante aqueles anos o setor social que compunha a clientela potencial da psicanálise - uma afluente e altamente educada classe média com novas expectativas e novos padrões de consumo - expandiu muito rapidamente em um contexto de crescimento econômico. Para alguns, a psicanálise se transformou em um objeto de consumo conspícuo. Ao mesmo tempo, era percebida como uma tecnologia terapêutica moderna que tratava de problemas e conflitos que se originaram, paradoxalmente, na mesma modernidade que a

² Houveram seis tentativas de golpes de Estado na história da Argentina, em 1930, 1943, 1955, 1962, 1966 e 1976. Os quatro primeiros estabeleceram ditaduras provisórias, e os dois últimos levando a modelos de autoritarismo permanente, sendo o de 76 o mais sanguinário. Ver, a respeito da historiografia dos golpes no país, a lista oficial de presidentes da Argentina, disponível no endereço eletrônico da Casa Rosada.

difusão da psicanálise contribuiu para definir. (PLOTKIN, 2012, pág. 185, tradução nossa)³

A associação que podemos produzir é de que a modernização de que fala também pode ser lida como um dispositivo que se sustenta a partir de uma noção eurocentrada, colonizada dos referenciais que simbolizam a relação das pessoas com o Outro, ou seja, com a cidade em termos gerais. De qualquer forma, se entendemos que a psicanálise nesse processo não era (nem é) homogênea ou unidirecional, e que certamente é uma matriz de onde partem posturas, teorias e práticas muitas vezes paradoxais, é possível afirmar que parte dela soube “compor” com o cenário de autoritarismo político oferecendo “uma nova linguagem não-ameaçadora e um aparato conceitual para explicar e dar sentido às transformações sociais e culturais, sem necessariamente subverter os valores tradicionais” (PLOTKIN, 2012, pág. 189).

Jorge Broide, em seu texto *A Clínica Psicanalítica na Cidade* (2019), nos relembra que três dos seis fundadores da APA (Associação Psicanalítica Argentina) eram imigrantes europeus. A austríaca Marie Langer que, como supracitado, se muda para Buenos Aires depois de participar das Brigadas Internacionalistas que combatiam na Guerra Civil Espanhol; Angel Garma, vindo da Espanha, também exilado da guerra civil e Enrique Pichón Riviere, suíço. Junto, então, dos demais fundadores argentinos (Céles Cárcamo, Arnaldo Rascovisky e Enrique Ferrari Hardoy) deram forma à uma das principais associações psicanalíticas da Argentina, diretamente associada ao IPA (International Psychoanalytical Association).

A APA, no entanto, ainda que tenha em sua equipe fundadora atores que participaram ativamente da resistência na II Guerra Mundial, veio a se manter em

³ If the 1960s was the decade of dictatorship in Argentina, it was also, as elsewhere, a decade marked by rapid social changes and cultural modernization. The difference, however, is that in Argentina — as in Brazil, as shown by Jane Russo — “the 1960s” evolved in a context of political authoritarianism. Thus, social and cultural changes were framed in a repressive and violent political environment. Some of these changes facilitated the reception and implantation of certain forms of psychoanalytic thought and practice. 9 First, during those years the social sector that comprised the potential clientele of psychoanalysis — an affluent and highly educated middle class with new expectations and new patterns of consumption — expanded very quickly in a context of fast economic growth. For some, psychoanalysis became an object of conspicuous consumption. At the same time, it was perceived as a modern therapeutic technology that treated the problems and conflicts that originated, paradoxically, in the same modernity that the diffusion of psychoanalysis contributed to define.

uma posição neutra e apolítica no período pós-peronista, sendo muito mal vista pelos psicanalistas que se posicionavam mais à esquerda. Assim se sucederam alguns rompimentos, como no caso de Marie Langer, que decidiu sair da associação por acreditar, como muitos outros jovens psicanalistas que acreditavam que a psicanálise poderia se tornar uma ferramenta política *de facto*, sem perder sua potência terapêutica (PLOTKIN, 2012, pág. 192). Com o rompimento com a APA, duas associações se criaram em 1971, chamadas “Plataforma” e “Documento”, que se tornaram ativas na luta contra a ditadura, propondo formações em psicanálise e seguindo os trabalhos clínicos em instituições públicas e de saúde mental, tendo sua cisão posterior já no contexto de recrudescimento político.

Se a vascularização da psicanálise pode ser explicada em parte pelas razões sociais, culturais e políticas que foram citadas, também é preciso reconhecer o papel central que esses últimos grupos citados tiveram no trabalho massivo de escuta que produziram ao inaugurar centros de saúde mental pelo país, formando gerações de analistas que por sua vez também viriam a trabalhar nas mais diversas instituições (BROIDE, 2019, pág. 50). O golpe de 1976, em sua intensidade, desarticulou muitas das conquistas das gerações que vinham trabalhando na saúde mental e em proposições teóricas progressistas, preocupados em levar o conhecimento que produziam para além dos muros dos consultórios. Muitos dos psicanalistas que trabalhavam “na borda” da psicanálise e em contato com situações sociais críticas precisaram então se exilar, alguns inclusive no Brasil, ainda que também estivéssemos por aqui sob o domínio de uma ditadura - e perante essa condição, apostando na não dominação, dando passos em direção às (tímidas, passageiras) conquistas democráticas que mais tarde viriam nos anos 1980.

- **A psicanálise nas nossas cidades: a promessa civilizadora no Brasil**

Mais uma vez precisaremos nos deter a caminhar alguns passos para o progresso, agora que evocamos uma breve historiografia das andanças primeiras da psicanálise na sociedade argentina. Como registrado, esses não são processos

distintos, pelo contrário: a chegada e o desenvolvimento da teoria freudiana no Brasil respira dos mesmos ares que na Argentina respirava, ainda que sob “condições de pressão e temperatura” diferentes. E sobre isso devemos pensar, uma vez que também nas terras brasileiras a psicanálise chega para responder algumas demandas, alguns desejos e assim se põe a respondê-los ou não.

Nosso encontro com Freud é tardio. Se entre os anos de 1907 e 1922 diversos países já haviam consolidado um bom número de sociedades psicanalíticas⁴, nossa primeira sociedade (Sociedade Brasileira de Psicanálise) só toma forma em 1927 - ainda que, somente nas décadas de 1940 e 1950 se concretizem as primeiras instituições vinculadas à IPA (em São Paulo e no Rio de Janeiro, respectivamente). Como na Argentina, no entanto, o discurso psicanalítico já se disseminava em alguns nichos da sociedade antes da sua efetiva institucionalização. Jane Russo, em seu importante texto “A difusão da psicanálise no Brasil na primeira metade do século XX - da vanguarda modernista à radionovela” (2002c) nos oferece uma reflexão sobre as possíveis maneiras de entender a entrada do campo psicanalítico em nosso país e a função que vem a exercer como aparato discursivo social. Russo revela, em seu escrito, três vetores que acredita serem responsáveis pela difusão da psicanálise no Brasil:

É possível falar de uma difusão da Psicanálise no Brasil, anterior aos anos 40, em três níveis. O primeiro refere-se à difusão que ocorreu entre os intelectuais de vanguarda que formavam o grupo modernista. Essa é a face mais festejada de sua difusão, a de que mais se fala e para a qual se costuma chamar mais atenção – é onde a Psicanálise gosta de se reconhecer. [...] O [segundo] diz respeito à disseminação da teoria entre a elite médico-psiquiátrica da época. [...] O terceiro modo de difusão da psicanálise no período é, sem dúvida, o menos examinado e falado de todos. Refiro-me à divulgação da Psicanálise junto ao público leigo. (RUSSO, 2002c, pág. 53 - 56)

Dentre os motivos que situa como responsáveis pela difusão da psicanálise no Brasil, é preciso analisar o curioso dado a respeito da ala médico/psiquiátrica,

⁴ A exemplo de: Associação Vienense de Psicanálise e Sociedade Freud de Zurique, fundadas em 1907; Associação Psicanalítica Internacional (IPA), em 1910; A Sociedade Holandesa, em 1917; A Sociedade Suíça, em 1918; A Sociedade Indiana, em 1922. Ver RUSSO, 2002.

que estabelece um impressionante investimento na nova teoria vinda da Europa; Juliano Moreira, o maior nome da psiquiatria brasileira do início do século XX se envolve no processo de dar lugar na sociedade médica para as ideias de Freud, tal qual muitos outros importantes médicos como Franco da Rocha, Henrique Roxo e Maurício de Medeiros - todos catedráticos, fundadores de hospitais, e pessoas da alta sociedade. (2002c) Franco da Rocha, inclusive, vem a ser o fundador da Sociedade Brasileira de Psicanálise, como citado, já tendo escrito algumas publicações a respeito da teoria freudiana desde 1920⁵. E podemos caracterizar como impressionante investimento porque são médicos, imersos na hegemonia da visão fisicalista das patologias, que passam a fazer uso de uma teoria que enfaticamente reivindica uma visão que contraria tal hegemonia. Ainda que possamos encontrar personagens contemporâneos a estes supracitados que fizeram um uso mais consistente da teoria freudiana⁶, - e se queremos escapar da resposta mais fácil de que são médicos fazendo uso oportunista, leviano ou distorcido da proposta original - é preciso se perguntar a razão pela qual esse investimento é tamanho, e qual é a natureza desse olhar.

Jane Russo propõe, para responder essas perguntas, que nos detenhamos a observar a questão que se coloca às elites culturais e intelectuais de nosso país - o projeto de nação e de desenvolvimento para um país julgado atrasado, precário e (pejorativamente) miscigenado em um momento de grandes transformações sociais, políticas e culturais em todo o ocidente. Já podendo traçar um paralelo com o panorama do avanço da teoria na Argentina, podemos entender que também na sociedade brasileira havia uma sede pela modernidade, pela superação dos estigmas que condenavam o Brasil a ser um país do excesso, da sensualidade

⁵ Ver Franco da Rocha, F. (1920). O pansexualismo na doutrina de Freud. São Paulo: Typographia Brasil de Rothschild & Cia.

⁶ Arthur Ramos, precursor da psicanálise na Bahia, no entanto, fora um destes médicos que levaram a psicanálise a rigor, utilizando a obra psicanalítica para produzir vasta pesquisa etnográfica sobre a população negra, sua religião e folclore. (Ver Ramos, A. (1935). O folclore Negro do Brasil. 2ed. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil.) Foi precursor no tratamento de crianças, ainda que sob o regimento de “curar” desvios de comportamento que fazia parte da égide da saúde mental na época. Realizou atendimento de mais de duas mil crianças. (Ver OLIVEIRA, Carmen Lucia M. V. de. Sob o discurso da “neutralidade”: as posições dos psicanalistas durante a ditadura militar. Hist. cienc. saude-Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 24, supl. 1, p. 79-90, 2017) Também cabe citar a importância de Julio Porto-Carrero, catedrático da UFRJ, considerado um dos maiores entusiastas da obra de Freud nos anos 1920 e 1930.

transbordante, da animalidade, da mistura racial como efeito do desregramento social e a sexualidade hiperbólica, como as teorias da degenerescência insinuavam.

Ora, a Psicanálise é uma teoria que vai buscar e apontar a sexualidade onde ela parece não estar, ou seja, que vai falar de um "excesso" sexual que é normal. Representa, deste modo, uma possibilidade de reinterpretar positivamente o "excesso sexual" que parecia marcar o povo brasileiro. A sexualidade, ou seu excesso, não precisa mais ser percebida como um problema em si já que não é nem boa nem ruim em si mesma, sendo responsável tanto pelos piores distúrbios da alma humana, quanto pelas nossas realizações mais sublimes. Inútil negá-la ou reprimi-la. Inicialmente, é necessário reconhecer sua real força e sua presença lá onde parece estar ausente – nos recônditos da alma, nos comportamentos mais simples e inocentes. Em seguida, deve ser aproveitada, controlada, canalizada para fins "superiores" através da sublimação. A ideia de sublimação fornece uma teoria da "perfectibilidade" ou "educabilidade" efficientíssima. Tem-se aí uma espécie de saída civilizadora para esse país mestiço: o primitivismo dos instintos, das paixões, o sensualismo excessivo das raças inferiores não são empecilhos insuperáveis para o progresso da nação. A civilização, a educação dos instintos e das paixões é possível. [...] Cada um de nós, independente da raça, tem um "eu primitivo" dentro de si, que deve ser educado, civilizado, transformado. (RUSSO, 2002c, pág. 55 - 56)

Essa modernização almejada, então, encontra na psicanálise o estatuto discursivo apaziguador e operativo para a demanda que as elites produziam no momento. Nomeadamente, não seria através de nenhum outro referencial senão o europeu - uma vez que também era a partir de referenciais sociais eurocentrados que se produziam e reiteravam os ideais de raças puras, de sexualidade civilizada, de comportamento à moda vitoriana, que tinham dificuldade em encontrar no território brasileiro, configurado desde suas tantas diferenças, lugar para se espriar - a não ser como referência, esta que, como política colonial, produz como imorais, atrasadas e precárias as formas de vida que se contrapõe ao seu regime de existência.

Chegamos, então, naquele que Russo considera como sendo o terceiro dos três pilares que sustentaram a difusão da psicanálise no Brasil: a divulgação entre o

grande público. Como na Argentina, mais uma vez, o amplo interesse pelas questões sexuais e sobre a sexologia, que apareciam pela primeira vez na história de nossa sociedade como temas que podiam ser debatidos pelas publicações que, com o crescimento do mercado gráfico, tornavam-se paulatinamente mais acessíveis, menos pertences exclusivos de uma elite intelectual.

Assim, podemos ver um vasto processo de publicação de autores que “traduziam” a psicanálise para o entendimento da população, uma vez que existia uma demanda pertencente ao início do século de ampliar o espectro de enunciações e posições possíveis diante da sexualidade. Um dos nomes proeminentes que exemplificam o processo de vascularização da psicanálise entre as “camadas médias” é Gastão Pereira da Silva (Marcondes, 2015). O autor Sérgio Marcondes, ao nos lembrar de que, assim como no final do século XIX na Europa, a primeira metade do século XX no Brasil foi marcada por uma profunda “laicização, divulgação e vulgarização” do conhecimento científico, que precisou, para se afirmar em sua universalização, do investimento de setores que viriam a vetorizar esses saberes até as ditas camadas médias.

Percebe-se que a obra de Gastão Pereira da Silva está inserida nesse contexto: sua preocupação com a difusão da obra de Freud para um público não especializado, seu didatismo e sua utilização de meios populares como o rádio evidenciam um esforço de divulgação e vulgarização de um conhecimento apresentado por ele como “científico” e, portanto, legítimo. (MARCONDES, 2015, pág. 9)

Se referindo ao próprio trabalho como “bendito charlatanismo” (MARCONDES, 2015), Gastão Pereira parecia acreditar que a divulgação por meio da simplificação e “tradução” das terminologias freudianas seria a forma com que as pessoas se conectariam com a estranha e moderna teoria advinda das terras para onde todos olhavam, a Europa. Foi bem sucedido: Pereira da Silva foi um autor publicado por algumas grandes editoras da época (como a Moderna, Atlântida, Mariza), que publicavam também grandes autores de ficção, por muitos anos. Essa difusão através de uma longa e prolixa produção editorial acabou por indexar à psicanálise um caráter de “auto-ajuda psicanalítica-sexológica” (RUSSO, 2002c,

pág. 59), respondendo à um público afeito às novas circunscrições dos processos de vida que a psicanálise parecia oferecer.

A este respeito, da vertente pedagógica que parecia ofertar, é possível perceber que não se tratava de disseminar o teor da disciplina *stricto sensu*, e sim poder disponibilizar uma nova e determinada maneira de se pensar, nomear, elaborar e interpretar que passavam por “desvendar” a intimidade, desvelando diante de um *especialista* aquilo que tem como secreto, apartado, exclusivo de uma narrativa pessoal. E é diante e ao redor da figura desse especialista, que é o psicanalista, que se produz um novo endereçamento à escuta que mais tarde viria a compor o *boom* da psicanálise nos anos 1970 - não mais ao padre, nem aos amigos, nem aos pais; é ao terapeuta que se endereça aquilo que diz respeito ao sofrimento, às questões, à vida.

- **“Nunca fomos tão felizes!”: a problemática política**

Era este o slogan que, em uma voz grave, exclamava e enaltecia o “milagre econômico” nos canais de TV nos anos 1970. O governo militar, que bradava seus maiores feitos na economia, também colocava em operação o mais cruel dos seus atos institucionais. O AI-5, que suspendia *habeas corpus*, tornava ilegais reuniões políticas, censura de qualquer material artístico e midiático, entre outras perversidades, passava a dar o tom das cores do nosso país, das palavras possíveis, da forma como podíamos percorrer os trajetos sociais e, portanto, também íntimos.

A plenos pulmões, nós dizíamos (ou diziam de nós), então, felizes. A que preço, no entanto, e sobre que ocultações, parecem perguntas impossíveis em um regime que se sustenta apenas a partir de afirmações, jamais de perguntas. E as perguntas, como posso supor, são a substância basal, natal do nosso campo, a psicanálise. Assim, interessa que possamos analisar as razões pelas quais, justo em um momento de tão poucas delicadezas, tão poucas possíveis formas de existência, seja o momento que convencionou-se chamar por *boom* da psicanálise no Brasil.

Se as décadas de 1920, 1930 e 1940 ficaram marcadas pelas primeiras experiências da psicanálise no mundo da medicina e psiquiatria brasileira, e pelas experiências na saúde pública (especialmente, como citado, a respeito de Arthur Ramos e a clínica de saúde infantil que operou por 30 anos), as décadas que viriam já podiam contar então com uma razoável adesão e penetração da psicanálise na esfera social. E se os anos 1950, então, marcados pela fundação e difusão de instituições psicanalíticas, a década de 1960 foi uma de “consolidação da vida societária” (OLIVEIRA, 2019). Assim, o território da psicanálise passa a ser um de disputas como nunca antes: a expansão e difusão da psicanálise em nosso país é acrescida também de uma expansão de perspectivas, diferenças teóricas, referenciais. É nesse cenário de solidificação de associações vinculadas à IPA que surgem nestes circuitos a ideia de uma “verdadeira psicanálise”, comprometidas com a orientação da associação internacional que aprova ou não aquilo que considera fazer parte da égide da psicanálise. Evidencia-se aí uma relação onde o que significa a verdade, a legitimidade e a exclusividade desse saber é a sua relação natal com o seio europeu da IPA que, excluindo da participação as demais instituições exteriores ao núcleo tradicional da psicanálise, se utiliza de um vetor de força colonizadora para canonizar-se como epítome do campo diverso, multifacetado da psicanálise.

Essa transmissão monolítica e autoritária da psicanálise, cuja *verdade* era considerada patrimônio exclusivo das sociedades ipeístas, só passa a ser questionada e contida pela onda de analistas argentinos em exílio, escapando da perversidade da ditadura em seu país. Trazendo uma bagagem lacaniana consistente, passaram a compor com os lacanianos brasileiros, formando associações exteriores ao IPA. Mesmo assim, a lógica do inabalável regime de poder e verdade encarnada pelos afiliados de associações vinculadas à IPA seguia imperando e produzindo, de fato, um lugar no mercado brasileiro. Carmem Lucia de Oliveira comenta:

Nesse meio-tempo, sob a insígnia da IPA, seus afiliados não se abalavam. Eles enriqueciam enquanto deslocavam a escuta analítica, com tradição na clínica social, para uma nova clientela de alto poder aquisitivo, originária de uma burguesia

esclarecida ou das camadas médias em ascensão e ávidas de tratamento psicoterapêutico. [...] Diversos fatores explicam esse aumento da demanda de tratamento, como a nova configuração da clientela, tanto do ponto de vista econômico quanto cultural, científico e tecnológico, notadamente durante o período mais repressivo da ditadura militar, o do general Médici (1969-1974). Eles são, sobretudo, resultantes do ambicioso projeto econômico, cujo investimento prioritário destinou-se ao setor industrial em detrimento do social, da saúde, da educação, de infraestrutura, que provocou uma concentração de riqueza que contribuiu para acentuar as desigualdades sociais com a pauperização da população assalariada e de baixa renda. Fatores econômicos dos quais a psicanálise beneficiou-se, bem como diversas outras disciplinas e profissões, não necessariamente liberais. (OLIVEIRA, 2019, pág. 81 - 82)

Percebe-se, então, que na medida em que crescia a ambição por deter um mercado terapêutico e de fazer da psicanálise uma carreira promissora, desde onde poderia se produzir fortunas em atendimentos voltados para uma determinada população em seu sofrimento neurótico, o interesse pela loucura, pelo laço social, pela própria realidade política do país parecia cair em um plano de fundo dispensável, excluído do que se passa no setting terapêutico. Vê-se que o imaginário social difundido a respeito dos psicanalistas como detentores de um saber e prática vindos e destinados à elite é resultado de um lento preparo, que vinha juntando peças desde a chegada da disciplina em nossa terra e que encontra no território da ditadura - lugar de subserviência, de afirmação da obediência à autoridade como valor e de afastamento dos perigos advindos das perguntas - uma maneira de se consolidar.

Ainda que o desejo fundamental deste escrito seja o de honrar e resgatar as experiências sociais da psicanálise, enquanto propostas clínicas que se fundem no desejo de se contrapor à lógica excludente do capitalismo, é necessário que reconheçamos estas outras experiências sociais que dizem respeito a como o nosso campo de prática reverberou também em consonância com o estado das coisas, inclusive com o que há de mais perverso nela. Eram muitos, na América Latina e no Brasil, as problemáticas de natureza política reverberando no campo da psicanálise. Elenco duas figuras para ilustrar este processo:

Dado o contexto de uma expansão da psicanálise entre os mais ricos, e pelas posições assumidas pelos analistas como “barões da psicanálise”, chegando a cobrar honorários em dólares⁷, é preciso lembrar de Amílcar Lobo, médico psicanalista que torturava no DOI-CODI do Rio de Janeiro no período da ditadura militar. Tinha sido analisado por Leon Cabernite, que tinha íntimas relações com figuras exponentes do nazismo alemão. (BROIDE, 2019, pág. 51) Lembremos também de David Zimmerman, que na função de presidente da COPAL⁸, abriu o Congresso Latino Americano de Psicanálise em 1974 com um discurso em que proferia, diante de autoridades políticas e da psicanálise, que era preciso enfrentar problemas de “divergências e dissensões” na psicanálise, envolvendo a “luta pelo poder”, que causava “prejuízos que resultam da contaminação prolongada dos ambientes psicanalíticos em face da infiltração de ideologias políticas” (ZIMMERMAN, 1974, pág. 418). Na ocasião em que Helena Besserman Vianna denunciou Amílcar Lobo nas instâncias nacionais e internacionais, Zimmerman, acompanhado de Leon Cabernite e da instituição envolvida, alegou que eram acusações “falsas e sem fundamento (OLIVEIRA, 2019). Então, enquanto se silenciava o caso por força dos agentes e autoridades envolvidos, Helena passa a ser perseguida pela repressão, é designada como “caluniadora” por duas sociedades psicanalíticas e sofre incontáveis intimidações. Somente na abertura democrática que se comprovou, através de testemunhos de presos e torturados, que o analista Amílcar Lobo trabalhava de fato como torturador (VIANNA, 1994).

Nesse contexto de tensionamentos entre posições diante dos fatos políticos que emerge e se indexa ao estatuto da psicanálise no Brasil o que se convencionou chamar de neutralidade do analista. Essa postura fora adotada com grande entusiasmo e adesão, por ofertar, inclusive teoricamente, a ideia de que era preciso não deixar contaminar pela memória e pelo desejo do analista a realidade interna que estava em jogo na sessão. O enraizamento dessa postura foi tão grande que, a

⁷ Ver CANDIOTA, Luiz Roberto Salgado. A “economia” da formação de psicanalistas: esboço de um modelo hipotético. *Jornal de Psicanálise*, n.21, p.6-42. 1976.

⁸ Comitê Coordenador das Organizações Psicanalíticas da América Latina, fundado em 1960 - pensado para suprir a demanda de organizar e difundir os padrões e regras comuns das instituições ipeístas. Mais tarde, passa a ser conhecido como FEPAL. Ver COIMBRA, C. M. B. A Psicanálise nos Tempos da Ditadura. *Pulsional - Revista de Psicanálise*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 64-80, mar. 2009.

nível institucional, produziu políticas que possibilitavam às instituições psicanalíticas de recusar posicionamentos de solidariedade, como no caso da recusa de participação na campanha pela libertação do psicanalista argentino Marcelo Viñar, preso na ditadura de seu país, pela Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, em 1972 (OLIVEIRA, 2005, pág. 272).

Assim, como outros campos de conhecimento, a psicanálise viveu uma intensa clivagem, onde a polarização entre posicionamentos à direita ou à esquerda pareciam encontrar uma rachadura inconciliável, ainda que esses não fossem exatamente categorias que impedissem qualquer analista de se tornar participante ou afiliado de associações. Atentar às diferentes transferências e laços éticos com os acontecimentos de nossos tempos é poder recordar as arbitrariedades e incoerências que fazem parte e se atualizam no presente - não para batizá-las como inimigas, mas para entender desde quais afetos emergem, como escutá-los e, talvez, como vetorizá-los em direção à vida e as palavras, nunca ao silêncio.

3 POR NÓS, PORVIR: O DIREITO À PALAVRA

Se durante a construção deste trabalho propusemos um resgate à caminhada pouco lembrada sobre o campo da psicanálise na esfera social, ou seja, um gesto de enunciação do que é recalcado em nome de uma “*verdade*” mítica que se despossui de seus contrapontos, de suas arbitrariedades e dissensos - a psicanálise como apolítica, neutra, interessada apenas pela classe média-alta neurótica - é preciso dar lugar às questões que se incorporam ao presente de nossa prática e de nossa escuta em nome de outra versão sobre a *verdade* que minimamente possa abrigar suas contradições. E, como ensinado por aqueles que afirmaram a psicanálise como método para a justiça social, indagar ao nosso fazer quais são seus obstáculos presentes e suas perguntas para o porvir.

A defesa da psicanálise na *pólis* tem um longo caminho e repetidos desvios das investidas que as grandes instituições e autoridades políticas tomaram em direção a sua desarticulação. É preciso, no entanto, ressaltar que o interesse de fazer a psicanálise se colocar na cidade como partícipe do universo público, do qual não tem controle e cujas normas e marcos regulatórios excedem o domínio privado a partir do qual se pensa, é a preocupação em escutar e substancializar a consistência do laço social na medida em que ele dá suporte ao encontro possível das diferenças. A esse encontro possível, que certamente compõe o que chamamos de pacto civilizatório, damos um lugar central, em que podemos pensar, a partir dele, a inscrição na cultura e na cidadania como efeitos das propostas clínicas que se assentam na cidade.

Levando em consideração o aforismo lacaniano de que *o inconsciente é a política* (LACAN, 1966-1967, pág. 350) reconhecer que o sujeito é atravessado e constituído pela sua posição na história, na sociedade, na corporalidade da raça e do gênero, é sustentar uma posição de que a psicanálise precisa deparar-se com diferentes funções, como nos mostra Caterina Koltai:

[...] uma vez que nós, analistas, também somos dependentes das ficções sociais do mundo em que vivemos, porque nunca é demais lembrar que a psicanálise, além de uma terapêutica do sujeito, é também uma teorização da relação que este mantém com o mundo, razão pela qual as transformações sociais interessam à psicanálise tanto em sua teoria quanto em sua prática. (KOLTAL, 2012, pág. 40)

As breves recordações aqui conduzidas são uma aproximação às tentativas de estreitar o endereçamento da escuta ao laço dos sujeitos com o mundo através de uma atenção à natureza desse laço, muitas vezes fragilizado, cindido ou fraturado. Se a direção dessa escuta é a de “separar a alienação estrutural do sujeito ao discurso do Outro, da alienação ao discurso social e ideológico” para que assim se construam “táticas clínicas que remetem tanto à posição desejante, como as modalidades de resistência a tais processos de alienação” (ROSA; ESTÊVÃO; BRAGA, 2017, pág. 367) é preciso considerar e nomear as condições dessa alienação e através de que dispositivos de poder e governança ela se alicerça sobre a vida.

O combate contra a produção da vida como abjeta ou ininteligível, seja por condições de classe social, de etnia, sexualidade, gênero, religião, passa por reconhecer os processos históricos que reiteram os parâmetros de inteligibilidade e de hegemonia cultural, ofertando à diferença apenas o lugar de dejetos. Assim, para se pensar a psicanálise como dispositivo de produção de outros modos de existência *não-cafetinados* (ROLNIK, 2018), ou seja, resistentes à “venda” da pulsão vital para as políticas neoliberais, se faz necessário nomear a natureza das alienações produzidas pelas condições *coloniais* que, como Quijano (1997) explica, são forças de dominação para além da colonização, que seguem imperando nas sociedades colonizadas e que conformam os modos de existência dominados, subalternos.

Portanto, se no entreguerras europeu a ideia de clínicas gratuitas para a população tomou consistência e durabilidade através da preocupação da psicanálise sobre o laço social e a responsabilidade que tinha em relação às forças de subjetivação dos discursos fascistas, a pergunta que pede passagem é de porquê e como, no Brasil, a psicanálise foi lentamente vetorizada à lógica dos consultórios privados, teoricamente consolidada nas teorias da vida intra-psíquica e da noção de

neutralidade? E sob que apagamentos, esquecimentos ou recalcamientos se funda o afastamento da psicanálise no campo social e político, para que se erga hegemonicamente como um terapêutica dos ricos?

Certamente não se tratam de perguntas simples e, portanto, respondê-las deve dar lugar ainda a outras perguntas, cujas aberturas possíveis são sempre desejadas em nome da expansão da nossa investigação sobre este laço de que falamos. No entanto, parece cabível tecer algumas ideias que parecem produzir sentido na discussão destes afetos que fazem emergir práticas psicanalíticas em determinados lugares e situações, especialmente nas condições históricas, sociais e políticas que tratamos de evocar.

Para elaborar, é preciso lembrar: a entrada da psicanálise nas terras brasileiras parece ter seu sucesso garantido entre os psiquiatras e, posteriormente, entre a elite cultural e financeira em nosso país pela marca de saber europeu que carregava inevitavelmente. Assim sendo, sob o estatuto de “teoria moderna” e de “novidade” vinda da Europa, a psicanálise fora um importante vetor colonial, oferecendo um aparato discursivo que, como visto, apaziguava a falência da hegemonia do discurso religioso mas não se ocupava de romper com o estado de coisas em nome de novas formas de vida - explicava uma nova forma de entender o sujeito, sua sexualidade, suas transformações, formulando-o como um sujeito possível diante das radicais mudanças sociais emergentes no século XX. Esse sujeito possível ao século XX, produzido também por esta psicanálise que passa a se compor no Brasil, que arbitrariamente conflui com subjetivação capitalística da individuação, é um sujeito que vê-se afastado de sua história coletiva, por mais paradoxal que isso possa parecer, especialmente em um campo que se assenta na ideia de lembrar para elaborar. Só parece possível a translação da psicanálise desde um campo que, ainda na Europa, preocupava-se com o laço social e com as investidas do fascismo, para um cenário de afastamento da realidade política e social em nosso país latino e de terceiro mundo, se este novo sujeito se desconecte do passado e da história que fundam as relações sociais no Brasil, para ocupar-se apenas de si e sua individualidade a-histórica.

No entanto, se parte da produção e prática da psicanálise se propuseram a trabalhar no viés da neutralidade e da clínica como terapêutica para quem pudesse

pagar, é preciso também lembrar de que foram muitos os que pensaram e pensam ainda a psicanálise como produtora de reparação psíquica aos traumas que o Estado opera sobre as vidas. Assim, se o *boom* da psicanálise no Brasil durante a ditadura militar é assim nomeado pelo sucesso da vertente que se pôs a escutar a classe média e alta em seus consultórios enquanto o movimento social, as favelas e os povos indígenas tinham suas vozes silenciadas, é preciso que paremos para lembrar das tentativas de pôr a psicanálise a escutar este silêncio.

Os ventos democráticos que surgiram no Brasil a partir dos anos 1980, por mais efêmera que possa ser sua brisa, trouxeram consigo aos poucos e ainda algumas tentativas de recolocar a psicanálise na cidade. Parece possível afirmar que são muitos os psicanalistas que passam a compor as políticas públicas, os trabalhos na saúde e assistência pública e que ainda hoje seguem compondo estes espaços. Notadamente, a primeira tentativa do Estado brasileiro de compor uma política pública de reparação psíquica àqueles cujos direitos humanos foram violados durante a ditadura militar se deu em 2012, com as Clínicas do Testemunho. O projeto, que conta com a parceria da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e operado entre os anos de 2013 e 2014, ofereceu atendimento psicológico às vítimas da violência de Estado e as famílias. Também operou capacitação de servidores públicos e elaborou material instrutivo a respeito da temática (INDURSKY, 2013).

A importância dessa política e de sua repercussão em diversos centros urbanos por todo o país indica a centralidade dos trabalhos de reparação psíquica, justiça social e testemunho na função da psicanálise de se colocar na cidade e ajudar a compor um laço social menos mortífero e mais partilhado pelas diferenças. Ainda que já tenhamos alguns avanços nessa direção, é importante considerar que a atenção que se produz ao trauma coletivo acerca da ditadura militar, ou seja, as produções acadêmicas que objetivam tratar desse tema e da escuta que a psicanálise produz diante das experiências narradas por quem fora marcado pela mão do Estado na ditadura, muitas vezes *não passa por pensar o atravessamento racial* que necessariamente está implicado nessa discussão⁹ - não só nesta, mas em

⁹ No livro Clínicas do Testemunho, organizado pela Sigmund Freud Associação Psicanalítica (2014) e financiado pelo Ministério da Justiça, em que estão publicados cerca de 13 artigos de diferentes autores relacionando a psicanálise e o trabalho de reparação psíquica, não há nenhuma citação das palavras “negro”, “negra”, “racismo”, “racialidade”, indicando a absoluta ausência da

se tratando de violência de Estado, a raça é uma fronteira que separa a experiência dos sujeitos desde a colonização de nossa terra.

Levando em conta a premissa ética de que todas as relações sociais no Brasil são atravessadas pela racialidade, como seria possível pensar o trabalho de reparação psíquica sem considerar a fundação de nossa sociedade sob o trabalho escravo de milhões de pessoas no decorrer de séculos de escravidão? Neusa Santos Souza (1983), nos ajudando a pensar sobre as consequências psíquicas do racismo estrutural, em que a “ideologia do branqueamento” constrói a subjetividade negra, nos oferece a possibilidade de nos perguntarmos se no campo da psicanálise temos feito o esforço de olhar e questionar esse processo de branqueamento, de cerceamento da vida em nome de uma história unívoca e branca sobre as formas inteligíveis de existência. Uma escuta que se direciona às “vidas secas” (ROSA, 2002a) ou às “situações sociais críticas” (BROIDE, 2019), para além de simplesmente presentificar sua história, suas marcas, seus silêncios, limites e condições, também precisa reatar-se com seus paradigmas epistemológicos que são também paradigmas éticos.

Assim sendo, o distanciamento da psicanálise das instâncias políticas e sociais parece se fundar também no recalçamento da realidade da escravidão e na falta de políticas públicas que ofereçam reparação psíquica e testemunho às múltiplas facetas da experiência do racismo como política discursiva que organiza as relações sociais. No desejo de poder apontar quais são os desafios do presente e do porvir, se desejamos que a palavra possa circular livremente e que, com elas, todos possamos narrar nossos afetos, os transformando em histórias, que possamos então olhar com responsabilidade para as nossas faltas, nossos esquecimentos - e ainda, nossos afetos, de onde nascem nossas práticas e nossas transferências.

discussão a respeito das relações raciais no contexto do trabalho da psicanálise e reparação psíquica. Cabe lembrar que esta é uma das principais publicações que tratam de fundamentar teoricamente o trabalho que o Estado se ocupou de construir e ofertar à população.

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. **Le plaisir du texte**. Paris. Seuil. 1977.

_____. (1970). **O Império dos Signos**. São Paulo: WMF Martins Fontes. 2007.

BROIDE, Jorge. **A Clínica Psicanalítica na Cidade**. in: *Psicanálise nos espaços públicos / organizado por: Emília Broide e Ilana Katz*. - São Paulo: P/USP, 2019.

BUTLER, Judith. **Vida precária**. *Contemporânea*, n. 1 p. 13-33, jan.-jun. 2011.

DAMOUSI, Joy e PLOTKIN, Mariano Ben. *Psychoanalysis and politics: Histories of psychoanalysis under conditions of restricted political freedom*, New York, NY: Oxford University Press. 2012.

DANTO, Elizabeth Ann. **Freud's free clinics: psychoanalysis and social justice, 1918-1938**. New York: Columbia University Press, 2005.

DIAS, Elsa Oliveira. (2002b). **A trajetória intelectual de Winnicott**. *Nat. hum.*, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 111-156, jun. 2002. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302002000100004&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 02 out. 2019.

DRÄEGER, Kathe. **Psychoanalysis in Hitler's Germany 1933-1949**. *American Imago*, 29, 199-214. 1972

INDURSKY, A. C. **Encruzilhadas da demanda: a clínica junto a sujeitos vítimas de violência de Estado**. *SIG Revista de Psicanálise*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 67-76, jan.-jul. 2013.

KOLTAI, Caterina. **O inconsciente seria politicamente incorreto?**. Reverso, Belo Horizonte , v. 34, n. 63, p. 33-43, jun. 2012 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952012000200004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 23 out. 2019.

LACAN, Jacques. (1973) **A Psiquiatria inglesa e a guerra**. Em: Outros Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, p. 106.

_____. (1966-1967). Seminário 14: a lógica do fantasma. Recife: Centro Estudos Freudianos de Recife. 2008

MARCONDES, Sérgio Ribeiro de Almeida. **Nós, os charlatães: Gastão Pereira da Silva e a divulgação da psicanálise em O Malho (1936-1944)**. 2015. 137 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, 2015.

OLIVEIRA, Carmen Lucia Montechi Valladares de. **Sob o discurso da “neutralidade”: as posições dos psicanalistas durante a ditadura militar**. Hist. cienc. saude-Manguinhos, Rio de Janeiro , v. 24, supl. 1, p. 79-90, 2017 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702017000900079&lng=en&nrm=iso>. access on 10 Oct. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-59702017000400006>.

_____. **História da psicanálise em São Paulo**. São Paulo: Escuta; Fapesp. 2005.

PLOTKIN, Mariano Ben. (1997) **Freud, politics and the Porteños: the reception of psychoanalysis in Buenos Aires, 1910-1943**. Hispanic American Historical Review, v. 77, n.1, p. 45 - 74, 1997.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del Poder, **Cultura y Conocimiento en América Latina**. In: Anuário Mariateguiano. Lima: Amatua, v. 9, n. 9, 1997

- QUINET, A. **As 4+1 condições da análise**. 13. reimpr. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.
- RAMOS, Arthur. (1935). **O folclore Negro do Brasil**. 2ed. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil.
- ROLNIK, Suely. *Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo: n-1, 2018.
- ROSA, Miriam Debieux. (2002a). **Uma Escuta Psicanalítica das Vidas Secas**. In: Rev. Textura, 2002.
- ROSA, Miriam Debieux, ESTÊVÃO, Ivan Ramos, & BRAGA, Ana Paula Mussati (2017). **Clínica psicanalítica implicada: conexões com a cultura, a sociedade e a política**. *Psicologia em estudo*, 22(3), 359-369. Recuperado em 20 out. 2019 de <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/35354/pdf>>
- RUSSO, Jane A. (2002c) A difusão da psicanálise no Brasil na primeira metade do século XX: da vanguarda modernista à rádio-novela. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v.2, n.1, p.14-34. 2002.
- SIGMUND FREUD ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA. **Clínicas do testemunho: reparação psíquica e construção de memórias** / Sigmund Freud Associação Psicanalítica [Org.] – Porto Alegre : Criação Humana, 2014.
- SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- VIANNA, Helena Besserman. *Não conte a ninguém... Contribuição à história das Sociedades psicanalíticas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

ZIMMERMAN, David. **Discurso na solenidade de abertura.** *Revista Brasileira de Psicanálise*, v.8, n.3, p.417-422. (Décimo Congresso Latino-Americano de Psicanálise, Rio de Janeiro, 1974). 1974.